

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.058 - DF (2019/0295888-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : RICARDO RUIVO MOREIRA DE OLIVEIRA - DF009684
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : LUANA AFONSO DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **LUANA AFONSO DO NASCIMENTO**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Colhe-se dos autos que a paciente foi denunciada pela prática do pretenso delito de homicídio qualificado tentado. A defesa afirma ter interposto recurso em sentido estrito no Tribunal de origem visando afastar a pronúncia da paciente, o qual teria restado desprovido. Desse acórdão, impetra-se este *habeas corpus*.

Afirma o impetrante, em suma, que "a pronúncia apresenta excesso de linguagem prejudicial à defesa do paciente, ultrapassando os limites do artigo 413 do Código de Processo Penal, pois passível de influenciar os jurados" (e-STJ, fl. 7).

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja "suspensa a tramitação do processo nº 2017 01 1 048350-9 na Vara do Tribunal do Júri de Brasília-D. Federal até o julgamento definitivo deste *habeas corpus*". No mérito, seja concedida a ordem "para anular o acórdão hostilizado, por excesso de linguagem, a fim de que os autos retornem ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para novo pronunciamento" (e-STJ, fl. 10).

É o relatório.

Decido.

Em sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao impetrante apresentar documentos suficientes à análise de eventual flagrante ilegalidade no ato impugnado.

Na espécie, o processo foi instruído somente com a denúncia, estando ausentes todas as demais peças imprescindíveis para análise da impetração.

A propósito:

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. PRETENDIDA REVOGAÇÃO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO CÁRCERE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PLURALIDADE DE RÉUS E DO NÚMERO DE TESTEMUNHAS ARROLADAS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. COMPLEXIDADE DO FEITO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO

Superior Tribunal de Justiça

CONFIGURADO. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Não há como se analisar a alegada ausência de fundamentação para justificar a manutenção da prisão preventiva, porquanto deixou de ser juntada aos autos a cópia do inteiro teor do acórdão no qual a Corte Estadual apreciou a matéria.

3. O rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, incumbindo ao impetrante o dever de instruí-lo corretamente, com todos os documentos necessários à análise das teses trazidas a julgamento (Precedentes).

[...]

7. *Habeas corpus* não conhecido. Recomendação de prioridade no julgamento."

(HC 318.298/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 19/10/2015)

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. MOTIVO FÚTIL. PRISÃO PREVENTIVA. SUSTENTADA ILEGALIDADE DA CUSTÓDIA POR EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA FASE DO *JUDICIUM ACCUSATIONIS*. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. EVENTUAL DELONGA SUPERADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 21/STJ. FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. PRETENDIDA APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE ESTADUAL. SUPRESSÃO QUANTO AO PONTO. RECURSO EM PARTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

[...]

2. Não há como se analisar a alegada ausência de fundamentação para justificar a manutenção da prisão preventiva, porquanto deixou de ser juntada aos autos a cópia do inteiro teor do acórdão no qual a Corte Estadual apreciou a matéria.

3. O rito do recurso ordinário *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos que evidenciem a existência do aventado constrangimento ilegal suportado pelo recorrente.

[...]

5. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido."

(RHC 49.973/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 25/05/2015)

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o *habeas corpus*.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS – Relator